

Ibmec diz que situação econômica é tão ruim quanto a anterior a 64

Rio — O Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) propôs uma revolução institucional na política econômica do país, ao lamentar que o Brasil tenha retornado às condições semelhantes às vigentes no período anterior a 1964, caracterizado por enorme déficit público, inflação elevada, recessão, desequilíbrios substanciais no balanço de pagamentos, desconfiança na política cambial e desestímulo ao investimento privado.

No estudo sobre "A política econômica e a capitalização das empresas", o Ibmec faz severas críticas à presença do Estado na economia brasileira e ao excesso de regulamentação no mercado de capitais. Essa situação, segundo acrescenta, faz com que "já há vários anos o setor privado sofra da exacerbação das incertezas", marcadas com as oscilações das políticas monetárias e cambial, a folga crescente da política fiscal e a expansão de controles quantitativos "e outras distorções".

Para o Ibmec, essas distorções estão evidenciadas na enorme quantidade de regulamentação introduzida pelo governo, dando o seguinte exemplo: entre o decreto-lei 157, de 10/2/67, que criou os fundos de investimentos fiscais, e o decreto-lei 1.964, de 29/12/82, que estabelece estímulos à transformação da dívida externa em capital de risco, há produção de aproximadamente um decreto-lei em cada três dias sobre mercado de capitais. E entre a resolução 63, de 21/8/67, que permite a captação e o repasse de recursos externos pelos bancos, e a resolução 796, de 11/1/83, que libera 5% do depósito compulsório dos bancos para aplicação em ações e debêntures, o Banco Central produziu uma resolução por semana.

As críticas do Ibmec partem de ampla análise histórica do desenvolvimento da política econômica após a revolução de 1964 e, em especial, das decisões adotadas pelo Conselho Monetário Nacional na sua reunião de 11 de janeiro último para definir as diretrizes para 1983, consideradas "decepcionantes, incompletas e desarticuladas".

Para o Ibmec, a instabilidade da política econômica "abalou-se em seu ativo mais importante, a credibilidade". Para a sua recuperação, sugere a aplicação de um programa de estabilização corrente, em que o conjunto

de medidas adotadas conduza, logicamente, aos objetivos pretendidos.

Também considera fundamental a conciliação entre o processo de abertura política e a democratização das decisões econômicas, pois "a liberdade de escolha econômica é uma componente fundamental da liberdade do homem e, por outro lado, a dependência excessiva da economia à ação do Estado inibe o exercício da democracia política, tanto por parte do empresário quanto do trabalhador".

Dentro dessa linha filosófica, o Ibmec defende as seguintes medidas para concretizar as pretensões governamentais no sentido de recuperar a economia do país: 1º) redução de juros reais através da liberalização do mercado financeiro e de uma política de desvalorizações cambiais a um ritmo mais lento do que o tratamento de choque da máxi, porém mais acelerado do que o da regra cambial acertada com o Fundo Monetário Internacional; 2º) manutenção provisória do limite quantitativo e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o crédito doméstico; 3º) reforma monetária com vista a separar formalmente o Banco Central do Banco do Brasil, com o encerramento da conta de movimento entre as duas instituições; 4º) reforma fiscal, com as diretrizes gerais incluindo a descentralização das decisões econômicas e a eliminação da discriminação contra o capital acionário; 5º) exigência de maior eficiência das empresas estatais e restrição para que estas subscrevam títulos do Tesouro Nacional apenas mediante aprovação do Congresso Nacional.

No seu estudo, o Ibmec assinala que a situação econômica do país é o cenário subjacente ao mercado de capitais, setor "onde se aguçava o conflito entre estatização e privatização, pois é onde são disputados os recursos para o financiamento dos investimentos que vão definir o perfil da economia".

O trabalho acrescenta que, no caso brasileiro recente, a tendência tem sido afastar a iniciativa privada do mercado de capitais, contribuindo não só para reduzir sua participação na estrutura econômica futura, como também para inibir o dinamismo da economia a médio e longo prazos, dada a menor rentabilidade esperada de investimentos sujeitos a decisões políticas e isentos dos testes de mercado".